

PESQUISA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Sergio Ricardo Pereira Cardoso

SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos (orgs.). *Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

O Grupo de Pesquisa de Historiadores da Educação da Paraíba¹ é o responsável pela obra “Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira”, que, apesar de predominantemente focalizar suas pesquisas sobre a educação na Paraíba, consegue majestosamente se conectar à historiografia da educação brasileira, explorando o grande desafio do historiador contemporâneo: analisa a multiplicidade e a especificidade na relação *local/regional - nacional/global*.

A obra é composta de oito artigos, que contemplam a educação na Paraíba tanto no Séc. XIX quanto no Séc. XX, privilegiando os seguintes temas: colégios e liceus, métodos de ensino e controle disciplinar, educação e civilização, Igreja e educação, Imprensa e os direitos da mulher, escolas rurais, radiofonia e educação popular, e o “I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia”.

No artigo “*Colégios e Liceus na Paraíba do Oitocentos: Oficinas para Mandos e Ofícios da Cidade*”, Maria de Lourdes Barreto de Oliveira resgata a história dos Colégios e Liceus da

¹ O Grupo de Pesquisa de Historiadores da Educação da Paraíba é formado por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Laboratório de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde Coletiva da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Paraíba através do viés da atividade docente e sua perda de autonomia, deixando de ser o mestre-escola um “artesão” à medida que há uma progressiva regulação do seu saber-fazer docente. A autora, para isso, parte da análise dos preceptores e dos professores improvisados, sentenciando que “a partir da oficialização e autores para as aulas, além de outras medidas, põe-se em marcha o processo de regulação do mestre-escola” (p. 14).

A autora ainda discute a transformação destas oficinas (uma alusão ao mestre-escola-artesão) em colégios e liceus, que construíam suas identidades humanísticas e bacharelescas — “Era, pois, diminuta a iniciativa voltada para a educação profissional” (p. 26) — sobre as projeções sociais, políticas, intelectuais e religiosas de seus diretores na sociedade.

Cláudia Engler Cury, em seu escrito “*Métodos de Ensino e Formas de Controle sobre o Cotidiano Escolar na Instrução Pública da Parahyba do Norte (1835-1864)*”, denomina o período compreendido por seu estudo de “era das cadeiras isoladas” (p. 44), referindo-se ao currículo adotado pela Instrução Pública da Parahyba do Norte.

Partindo do estudo de leis e regulamentos sobre a antiga província da Parahyba do Norte, a autora procura ver pelo olhar dos legisladores a instrução pública, sendo, de acordo com ela, um complexo de estratégias que englobam a escolha dos métodos para as escolas de primeiras letras, a organização do tempo escolar, a melhoria infra-estrutural das escolas elementares, além da aplicabilidade de métodos punitivos e disciplinares (p.59).

Em “*Educação e civilização na província de São Paulo*”, Ademir Gebara, tendo como fonte a obra “*Província de São Paulo, trabalho estatístico, histórico e noticioso*”, de Joaquim Floriano Godoy, publicada em 1875, detendo-se mais no capítulo “*Instrução Pública*”, mais especificamente “a percepção da relação entre o ‘ensino oficial’ e o ‘ensino livre e privado’” (p. 69).

Gebara, então, salienta interdependência de três aspectos primordiais na história da educação brasileira: “o pensamento das elites”, “a lei de 28 de setembro de 1871” e “a relação entre o

público e o privado” (p.69), delineando a tese de que “ser civilizado” no Brasil do Séc. XIX correspondia a “ser educado”, “*mas ser educado no exterior ou em colégios privados*” (p. 83).

Desenvolvendo um estudo da relação institucional entre Igreja e Estado, Wojciech Andrzej Kulesza, em “*Igreja e Educação na Primeira República*”, explicita que a Igreja católica do Brasil tem na educação sua estratégia principal para redefinir “*seu papel na sociedade republicana, recuperando e ampliando o poder que detinha desde os tempos coloniais*” (p. 90).

Para isso, Kulesza analisa a obra educacional de dom Aduino na Paraíba, destacando-se o Colégio Diocesano (para o ensino masculino), o Colégio Nossa Senhora das Neves (para o ensino feminino) e o Colégio São José (para os meninos pobres). Nos currículos destes, destacava-se a “*romanização*”, além dos “*valores morais e cívicos da sociedade burguesa em formação no Brasil*” (p. 96-99).

A partir do Jornal “A União”, sob a tutela do oficialato estadual, Maria Lúcia da Silva Nunes faz um estudo de gênero intitulado “*A Imprensa Paraibana e os Diretos da Mulher: Textos Publicados no Jornal A União na Década de 1920*”, focalizando principalmente as reivindicações femininas em prol do reconhecimento de seus direitos, havia uma progressiva emancipação da mulher, que saía do espaço privado em direção ao espaço público.

Em seu artigo, Nunes esclarece que havia um temor no imaginário social de que a mulher fosse ocupar o lugar do homem na esfera pública, o que conseqüentemente viria estabelecer uma substituição daquela por este no espaço privado. Diante disso, exaltando-se inclusive a figura da “*professora Ana Sirene, paraibana radicada no Pará*” (p. 125), que defendia um discurso mediado de igualdade entre os dois sexos, “*enfatizando a necessidade de educação e de mais liberdade de ir e vir entre os espaços privado e público*” (p. 126), ou seja, uma liberdade limitada pela sociedade patriarcal.

Tomando por base a designação consagrada por Hobsbawm, Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, a fim de romper com a periodicidade tradicional da História da Educação, comumente ligada à História Política, denomina seu capítulo de “A Era das Escolas Rurais Primárias na Paraíba (1935 a 1960)”. De acordo com o autor, as escolas rurais nos anos 30, quando, sob um processo de industrialização e urbanização intenso, *“o campo e a cidade afiguravam-se como espaços distintos, mas intimamente relacionados tanto econômica quanto socialmente”* (p. 137).

Com o objetivo de manter o homem no campo, além de *“vencer o analfabetismo e consolidar uma noção de nacionalidade”* (p. 135), o que melhora as condições infra-estruturais do meio rural brasileiro e evitaria o êxodo rural, as escolas rurais na Paraíba ganham força e se expandem a partir dos anos 40, principalmente com a implementação da casa para o professor, que o fixa na localidade.

Mesmo sem atingir os objetivos aos quais tinha se proposto, é inegável, exclama o autor, que o sistema de escolas rurais trouxe para o campo uma organização escolar mais complexa, possibilitando um maior acesso da população do campo à escolarização pública.

Afonso Celso Scocuglia, em *“Rádio e Educação Popular no Brasil (1959-1967)”*, contextualiza a criação do Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA), fundado em 1957 por iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo o Sistema de Rádio Educativo da Paraíba (SIREPA) criado em 1959.

Segundo o autor, as escolas radiofônicas tinham como meta *“a alfabetização de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou que tinham sido excluídos, principalmente daqueles acima dos 14 anos de idade”* (p. 165). Scocuglia divide o processo do SIREPA em duas fases: uma, de 1959 a 1962, em que se organizam as equipes e infra-estruturas das escolas radiofônicas; e uma segunda, de 1963 a 1965, momento no qual há uma expansão vertiginosa devido ao apoio do governo estadual. No

entanto, após a saída deste governo, em 1965, o SIREPA entra em declínio, sendo substituído “*pela Cruzada ABC e pelos milhares de dólares que o acompanhavam*” (p. 179).

Sob o título “*Questões Políticas e Educacionais no I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia (1967)*”, o último (mas não menos importante) capítulo deste livro, escrito por Charliton José dos Santos Machado, analisa e contextualiza as teses sobre educação defendidas pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), criada em 1962 com o apoio da Igreja Católica e de diretrizes políticas e partidárias anticomunistas. A CAMDE chegou inclusive a estimular a criação de outras organizações femininas como, por exemplo, “*a Liga da Mulher Democrática (LIMDE), a União Cívica Feminina (UFC) e Movimento de Arregimentação Feminina (MAF)*” (p. 192), às quais participavam predominantemente mulheres da classe média de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia, realizado em 1967, é o ponto culminante dessas organizações femininas de direita, sendo exposto pelo autor o apoio incondicional dessas entidades aos projetos autoritário das décadas de 1960 e 1970. Pois estava explícito nas teses do referido congresso: “*imprimir uma rigorosa orientação ideológica de direita ao debate educacional, a fim de que todos os latino-americanos integrados ao sistema escolar ou universitário fossem educados e moldados às disciplinas de convivência patriótica*” (p. 213).

Percebe-se, então, que a obra aqui resenhada é distribuída conforme uma cronologia temporal progressiva, mas sempre nos remetendo a questionamentos do tempo presente.

Sergio Ricardo Pereira Cardoso é Mestre e Doutorando em História da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: serricardoso@yahoo.com.br

Recebida em: 18/01/2008
Aprovada em: 20/03/2008